Os limites do direito à greve e os serviços mínimos no sector dos transportes: a propósito de um silogismo

Autor(es): Amado, João Leal

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39806>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_5

Accessed : 26-Apr-2023 15:08:09

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo I

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

OS LIMITES DO DIREITO À GREVE E OS SERVIÇOS MÍNIMOS NO SECTOR DOS TRANSPORTES

A PROPÓSITO DE UM SILOGISMO

«No início do século XX, uma revista alemã abriu um concurso para premiar com duzentos marcos a melhor resposta a esta pergunta: “porque você se declara em greve?”. A resposta vencedora dizia:

Como operário, só possuo uma mercadoria para vender: minha força de trabalho. Quero ter o direito de vendê-la a um preço decoroso, isto é, ao preço mais elevado possível, tal como faz o patrão, que me dá trabalho, com as suas mercadorias.

Além disso, e sempre de acordo ou em conformidade com os métodos seguidos pelo meu patrão, faço parte de uma associação que estabelece o preço a que devo vender a minha força de trabalho. Membro dessa associação, por esse fato me obrigo a não vender a minha única mercadoria a preço mais baixo do que o preço estabelecido.

Se eu não quero pagar ao capitalista a sua mercadoria pelo preço

por ele fixado, ele não m'a dá; se ele não quer pagar pela minha mercado-
ria o preço que fixamos, eu não lh'a
dou. Eis aqui a greve».

MÁRCIO TÚLIO VIANA, *70 anos
de CLT: uma história de trabalhadores*,
Tribunal Superior do Trabalho, Bra-
sília, 2013, pp. 28-29.

1. A greve como direito fundamental

Meio de pressão e meio de expressão dos trabalhadores assalariados. Meio de luta pelas suas reivindicações e meio de afirmação da sua dignidade e da sua cidadania. Sintoma inequívoco de democracia, pois as ditaduras tendem a conviver mal com a rebeldia que a caracteriza. Mecanismo de autotutela e de insubmissão, meio de os trabalhadores causarem prejuízos a outrem (desde logo ao empregador) à custa do seu próprio prejuízo (sacrifício do salário), a greve tem, não raro, sido equiparada à guerra. É uma equiparação que, até certo ponto, se compreende. Na greve como na guerra temos um conflito, definem-se estratégias e afinam-se táticas, utiliza-se a propaganda e a pressão psicológica, existem piquetes, por vezes até sentinelas e espiões, quando não “fura-greves”, quais desertores. Mas é uma equiparação relativamente à qual convém ter as devidas cautelas metodológicas, desde logo porque, ao contrário do que sucede na guerra, na greve busca-se apenas derrotar — e não exterminar — o inimigo.

Relembrem-se, a este propósito, as sábias palavras de JORGE LEITE:

É corrente dizer-se que o fenómeno da greve é rebelde à sua apreensão e à sua disciplina pelo direito. Muitos autores consideram mesmo inevitável a sua analogia com outros fenómenos de ruptura, incluída a guerra. Sem dúvida que a greve se

analisa numa forma de pressão para atingir determinados objectivos não atingidos, ou dificilmente alcançáveis, por outros meios. Pensa-se, porém, que a aproximação deste fenómeno com a guerra ou outros meios de força (rebelião sem armas, como, por vezes, se designa) é susceptível de perturbar a sua verdadeira dimensão e de ocultar a sua razão de ser. Saliente-se, antes de mais, que, diferentemente do que sucede com a guerra (ofensiva), o fenómeno da greve não se traduz em qualquer agressão contra as pessoas ou o património, não se analisa num comportamento activo, mas numa omissão — o trabalhador recusa ao empregador, temporariamente, a disponibilidade da sua força de trabalho. Acresce que a greve, juridicamente assumida como direito, é apenas uma forma de compensar o desequilíbrio de poder entre o empresário e os trabalhadores, desequilíbrio que lhe permite ditar as suas “leis”, impor as suas condições, forçar a aceitação dos economicamente mais frágeis. Sendo esta a razão de ser, o fundamento racional do reconhecimento da greve como direito, não se percebe porque há-de assemelhar-se à guerra a recusa das condições de trabalho impostas e não a imposição destas condições. “Entre o fraco e o forte” a greve (pacífica) não será, afinal, apenas um instrumento que liberta? Um espaço de autodeterminação num território de opressão? Equipará-lo à guerra — fenómeno de violência e de destruição — não será uma forma de lhe associar um sentido negativo, com ocultação das suas causas e até do sentido de justiça a que, em regra, a greve nos convoca?¹.

Vale aqui, sem dúvida, a célebre frase de BERTOLT BRECHT: «Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas às margens que o comprimem».

Hoje, a greve não é mais vista como um crime ou um delito. Não é mais vista como uma mera liberdade ou facul-

¹ *Direito da Greve — das Lições ao 3.º ano da FDUC, ed. de 1992/93*, Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, Serviço de Textos, Coimbra, 1994, pp. 33-34.

dade, relativamente à qual o ordenamento jurídico assumiria uma postura de tolerância e contemporização. Hoje a greve consiste num direito e, mais do que isso, num direito fundamental dos trabalhadores que laboram em moldes heterodeterminados. «É garantido o direito à greve», lê-se, sem margem para dúvidas, no n.º 1 do art. 57.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). E o n.º 2 acrescenta, em termos enfáticos: «Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito».

Trata-se, como se vê, de formulações normativas fortes, que pretendem afirmar e salvaguardar este tão singular direito — quer em face do empregador², quer em face do próprio legislador —, reconhecendo-lhe o estatuto jusconstitucional de direito, liberdade e garantia dos trabalhadores³. Mas não se trata, evidentemente, de um direito absoluto ou ilimitado, que sobre todos os outros deva prevalecer e todos os outros deva sacrificar ou esmagar. A CRP é, outrossim, inequívoca quanto a este ponto, lendo-se no n.º 3 do mesmo art. 57.º: «A lei define as condições de prestação, durante a greve, de

² No plano individual, a greve suspende o contrato de trabalho de trabalhador aderente, incluindo o direito à retribuição e os deveres de subordinação e assiduidade. Mantêm-se, contudo, os direitos, deveres e garantias das partes que não pressuponham a efectiva prestação de trabalho (por exemplo, os deveres de não concorrência e de sigilo a cargo do trabalhador), contando o período de suspensão para efeitos de antiguidade — *vd.*, a este propósito, o disposto no art. 536.º do Código do Trabalho.

³ A que se soma, recorde-se, a expressa proibição constitucional do *lock-out* (n.º 4 do art. 57.º), vincando a rejeição de um qualquer suposto “princípio de igualdade de armas dos parceiros sociais” nesta matéria. Sobre o conceito de *lock-out* e a responsabilidade penal emergente da violação da proibição constitucional, *vd.* os arts. 544.º e 545.º do Código do Trabalho (CT).

serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis».

Existe, pois, uma explícita credencial constitucional para limitar ou restringir o direito à greve. Essa credencial constitucional radica na ideia de conflito ou colisão de direitos — *in casu*, o conflito entre o direito à greve e outros bens jurídico-constitucionais. A narrativa, a propósito do conteúdo do regime próprio dos direitos, liberdades e garantias, é bem conhecida e aplica-se na perfeição ao caso da greve. Na lição de GOMES CANOTILHO & VITAL MOREIRA,

mesmo quando constitucionalmente autorizada, a restrição só é legítima se for exigida pela salvaguarda de outro direito fundamental ou de outro interesse constitucionalmente protegido, e a medida restritiva estabelecida por lei tem de sujeitar-se ao princípio da *proibição do excesso* ou *princípio da proporcionalidade* em sentido amplo, com as suas três dimensões — necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido restrito —, de forma a que as restrições se limitem ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos (art. 18.º-2) ⁴.

Em suma, e a despeito do seu estatuto privilegiado enquanto direito fundamental, o direito à greve comporta limites, os quais se traduzem, basicamente e para o que ora nos interessa ⁵, na

⁴ *Fundamentos da Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 1991, p. 122. Sobre a metódica da restrição ou compressão de direitos fundamentais, *vd.*, na mesma obra, em especial, pp. 133-137.

⁵ Um outro tipo de limites prende-se com a “obrigação de segurança”, isto é, com a obrigação de os grevistas prestarem, durante a greve, os serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, matéria que não será objeto do presente artigo.

necessidade de satisfação das chamadas “necessidades sociais impreteríveis”, caso em que os trabalhadores em greve deverão cumprir a chamada “obrigação de serviços mínimos”. Existe, pois, uma relação umbilical, estreita, indissociável, entre as necessidades sociais tidas por impreteríveis e a obrigação de serviços mínimos: esta só existe se e na medida em que aquelas existirem e forem ameaçadas pela greve⁶. Com efeito, é sabido que as ideias de prejuízo, de perturbação, de incómodo e de transtorno acompanham a definição mesma de greve. A greve analisa-se num direito que consiste em causar prejuízos a outrem (desde logo ao empregador) e em criar transtornos de vária ordem aos utentes do serviço paralisado. A nocividade, dir-se-ia, faz parte da essência do fenómeno grevista. Neste quadro, o direito fundamental à greve poderá, decerto, ter de ceder e de sofrer acomodações, mas só quando aqueles prejuízos ou transtornos se revelarem socialmente intoleráveis, vale dizer, só quando a paralisação da actividade inerente à greve se revelar apta a comprometer a satisfação de necessidades sociais impreteríveis — isto é, necessidades cuja não satisfação tempestiva provoque danos irremediáveis⁷.

⁶ Neste sentido, considerando que «o primeiro desses conceitos é, claramente, *subordinante*», pois é preciso identificar as necessidades sociais impreteríveis para, num segundo momento lógico, definir a medida de prestação dos serviços mínimos, *vd.* MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, 16.^a ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 784.

⁷ No Brasil, o art. 11.º da Lei n.º 7.783/89 determina que «nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade», acrescentando o parágrafo único do mesmo artigo que «são necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população». Sobre o ponto, por último, JORGE LUIZ SOUTO MAIOR, «O direito

Deparamos aqui, em qualquer caso, com conceitos difusos e indeterminados, que carecem de densificação normativa e jurisprudencial. Pergunta-se: o que é isso de “necessidades sociais impreteríveis”? Dir-se-á que necessidade social impreterível é aquela que não pode deixar de ser satisfeita, é aquela que é inadiável, que se torna imperioso satisfazer, sendo socialmente intolerável que a mesma seja sacrificada em homenagem a uma desmedida afirmação do direito de greve ⁸. O legislador ordinário ensaia uma resposta para esta pergunta, em sede de Código do Trabalho (CT), através do disposto no seu art. 537.º, n.º 2, no qual se pode ler: «Considera-se, nomeadamente, empresa ou estabelecimento que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis o que se integra em algum dos seguintes sectores» ⁹. E, de entre o vasto catálogo de sectores exemplificativamente indicados, lê-se na al. h):

Transportes, incluindo portos, aeroportos, estações de caminho-de-ferro e de camionagem, relativos a passageiros, animais e géneros alimentares deterioráveis e a bens essenciais à economia nacional, abrangendo as respectivas cargas e descargas.

de greve existe ou não?», *Revista da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas — ABRAT*, n.º 2, 2014, pp. 151-159.

⁸ Sobre os serviços ou actividades englobados pelo art. 57.º, n.º 3, da CRP, escreve LIBERAL FERNANDES: «Trata-se de prestações que satisfazem necessidades subjectivas inadiáveis e que, por isso, estão situadas no patamar da inviolabilidade, da irrenunciabilidade ou da indispensabilidade, independentemente de constituírem objecto de direitos de liberdade ou de direitos sociais, razão pela qual a paralisação das actividades que asseguram a respectiva satisfação não poderá ser total ou absoluta» (*A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 358).

⁹ O n.º 1 do mesmo artigo, em linha com o disposto na CRP, limita-se a estabelecer que em empresa ou estabelecimento que se destine à satisfação de necessi-

2. O silogismo judiciário

O quadro normativo acima esboçado convida o intérprete/aplicador do direito a raciocinar em moldes silogísticos, segundo um esquema simples, quiçá simplista. *Premissa maior*: nas empresas que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, impõe-se a prestação de serviços mínimos. *Premissa menor*: a lei considera que as empresas do sector dos transportes se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. *Conclusão*: ocorrendo uma greve nos transportes públicos impõe-se, sempre, a prestação de serviços mínimos.

Percorrendo alguns acórdãos da Relação de Lisboa e do Porto e acompanhando a sua retórica argumentativa, concluímos sem margem para dúvidas que este silogismo se afirmou e se instalou entre nós¹⁰. Vejamos alguns exemplos particularmente expressivos, transcrevendo as passagens mais marcantes dos mesmos¹¹.

dades sociais impreteríveis deverá ser assegurada, durante a greve, a prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação daquelas necessidades, *maxime* pela associação sindical que a declare e pelos trabalhadores aderentes.

¹⁰ Registe-se que, na ausência de acordo entre as partes em conflito, a competência para definir os serviços mínimos cabe ao ministro responsável pela área laboral e ao ministro responsável pelo sector de actividade em causa, através de despacho conjunto, devidamente fundamentado. Porém, tratando-se de empresa do sector empresarial do Estado, aqueles serviços serão definidos por tribunal arbitral, constituído nos termos de lei específica sobre arbitragem obrigatória (art. 538.º do CT). Esta lei específica consiste no Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Setembro, no qual se encontra prevista a possibilidade de recurso da decisão arbitral, com efeito devolutivo, para o Tribunal da Relação (arts. 22.º e 27.º, n.º 5). A jurisprudência indicada no texto diz respeito, precisamente, a decisões arbitrais das quais veio a ser interposto recurso para o Tribunal da Relação.

¹¹ Acórdãos, todos eles, disponíveis em <www.dgsi.pt>.

i) *Acórdão da Relação de Lisboa, de 7/12/2010, relativo a uma greve na TRANSTEJO* (Desembargadora PAULA SÁ FERNANDES):

O tribunal arbitral fixou como serviços mínimos a prestar na greve em causa para o dia 11 de Maio — uma carreira de manhã entre Cacilhas-Cais do Sodré, em virtude das carreiras estarem suspensas entre as 9h. e as 21h. por causa da visita do Papa e Missa a celebrar no Terreiro do Paço; e para o dia 12 de Maio, uma carreira no período da manhã e outra no período da tarde, entre os quatro destinos que aquela empresa cobre: Cacilhas — Cais do Sodré; Montijo — Cais do Sodré; Seixal — Cais do Sodré; Trafaria — Porto Brandão — Belém. Assim, ao estabelecer tal mínimo, não se nos afigura que possa ter havido violação dos invocados princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, sendo que a única alternativa seria a de não fixar quaisquer serviços mínimos, como entende o recorrente, mas que, como se viu, não é compatível com as normas que regulam o direito à greve, pois está em causa uma empresa do sector dos transportes que a própria lei considera como empresa que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis e como tal têm de ser assegurados os serviços mínimos à satisfação daquelas necessidades.

ii) *Acórdão da Relação de Lisboa, de 16/3/2011, relativo a greves na TRANSTEJO e na SOFLUSA* (Desembargador RAMALHO PINTO), no qual se reitera:

A alternativa de não fixar quaisquer serviços mínimos, como entende o recorrente, não é compatível com as normas que regulam o direito à greve, pois está em causa uma empresa do sector dos transportes que a própria lei considera como empresa que se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis e como tal têm de ser assegurados os serviços mínimos à satisfação daquelas necessidades.

iii) *Acórdão da Relação de Lisboa, de 27/06/2012, relativo a uma greve na CARRIS* (Desembargador JOSÉ EDUARDO SAPATEIRO), no qual o ponto em apreço é tratado com maior desenvolvimento. Neste importante aresto, começa por se afirmar que

atendendo à actividade transportadora de passageiros da recorrida e ao disposto no artigo 537.º, número 2, alínea *h*), do Código do Trabalho, parece-se impor como indiscutível o facto de a CARRIS satisfazer necessidades sociais impreteríveis.

E logo acrescenta:

O Sindicato apelante parece defender que a verificação de tais necessidades sociais impreteríveis depende de uma análise casuística da greve em si e das circunstâncias em que a mesma se vai desenrolar (nomeadamente, quando se integra e cumula com outras greves do mesmo ou de outros sectores, no quadro de uma greve geral), apreciação que, nessa medida, pode ser mesmo negativa (isto é, pode concluir pela inexistência, em concreto, das aludidas necessidades e, portanto, da precisão de fixação de serviços com vista a garanti-las, em termos mínimos e aceitáveis), mas tal posição não pode colher minimamente, dado essas necessidades, no caso da actividade transportadora de passageiros prosseguida pela CARRIS, resultarem automática e directamente de lei imperativa aplicável, não podendo ser afastadas, por tal motivo e nessa medida, pela vontade dos sindicatos ou dos empregadores.

E o acórdão remata:

O legislador, num juízo preliminar, antecipatório e abstracto de prognose, depois de instituir a regra ou cláusula geral do número 1 do artigo 537.º, identificou, desde logo, na sua perspectiva e em moldes exemplificativos, os sectores ou empresas que, em geral e de acordo com a actividade que

desenvolvem, satisfazem tais necessidades, assim os caracterizando e categorizando desde logo e à partida, encontrando-se em tal situação a actividade de transporte público de passageiros.

iv) Acórdão da Relação do Porto, de 24/09/2012, relativo a uma greve nos STCP (Desembargadora PAULA LEAL DE CARVALHO), que se louva e transcreve largos excertos do supra-mencionado Acórdão da Relação de Lisboa de 27/06/2012, concluindo, em moldes expressivos:

Ora, o art. 537.º, n.º 2, do CT/2009, a par de outros, elenca o sector dos transportes de passageiros como um daqueles que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, pelo que é despicienda a discussão em torno da questão de saber se os serviços prestados por empresa que nele se enquadre ocorrem, ou não, a tais necessidades.

Em suma: segundo esta jurisprudência que se vai firmando, seria *incompatível* com a lei uma qualquer decisão (desde logo, uma decisão arbitral) que resolvesse não fixar quaisquer serviços mínimos numa greve no sector dos transportes; as necessidades sociais impreteríveis, no caso da actividade transportadora de passageiros, resultariam *automática e directamente de lei imperativa aplicável*, tendo o legislador, num *juízo preliminar, antecipatório e abstracto de prognose*, identificado desde logo, ainda que em moldes exemplificativos, os sectores ou empresas que, em geral e de acordo com a actividade que desenvolvem, satisfazem tais necessidades, assim os caracterizando e categorizando desde logo e à partida, encontrando-se em tal situação a actividade de transporte público de passageiros; pelo que, logicamente, seria *despicienda* a discussão em torno da questão de saber se os serviços prestados por empresa que se enquadre nesse sector ocorrem, ou não, a tais necessidades. A resposta resultaria, simples, automática e cristalina,

da imperativa lei: sim, sempre! O problema, aqui, residiria apenas na medida dos serviços mínimos a prestar pelos grevistas, não na existência dos mesmos, pois estes decorreriam inelutavelmente da lei.

3. Um silogismo perigoso

Seremos claros. A nosso ver, se algum juízo de *incompatibilidade* pode ser formulado nesta tão delicada matéria, ele reside na rotunda desconformidade desta leitura jurisprudencial do art. 537.º do CT com o disposto no art. 57.º da CRP. *Assim lido, interpretado e aplicado, o art. 537.º, n.º 2, do CT deveria ser declarado inconstitucional, por violação qualificada do direito de greve, por restrição excessiva do mesmo.*

Com efeito, é sabido que as restrições ao direito de greve deverão respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade, o que pressupõe, sempre, uma análise casuística da concreta greve em questão e de todas as circunstâncias relevantes de tempo, modo e lugar que a envolvem, para apurar se há ou não necessidades sociais impreteríveis que a mesma venha colocar em causa. Ou seja, temos por seguro que a integração da empresa num dos sectores de actividade elencados no n.º 2 do art. 537.º do CT (por exemplo, no sector dos transportes) não constitui condição bastante para que, inelutavelmente, devam ser fixados serviços mínimos durante a greve, visto que bem poderá haver greves, em empresas integradas em sectores de actividade constantes dessa lista, nas quais não devam ser prestados quaisquer serviços mínimos.

No caso dos transportes públicos, tudo poderá depender de factores tão diversos como o da duração da greve (a greve poderá durar uma hora, um dia, uma semana), o de ser ou não uma greve que abranja, em simultâneo, a generalidade dos transportes públicos (se apenas um dos meios de transporte

público paralisar a sua atividade o impacto será um, bem distinto daquele que existirá se todos eles paralisarem em simultâneo), o de a greve ocorrer ou não em dia de “greve geral” dos restantes trabalhadores (pois, tratando-se de uma “greve geral”, é expectável que o afluxo de utentes diminua), etc.¹². Recorde-se, ademais, que, no sector dos transportes como em qualquer outro, a greve nunca poderá surpreender os utentes do serviço afectado, privando-os inopinadamente de um meio de transporte com que estes contavam, dado que a nossa lei estabelece que as entidades que decidirem o recurso à greve terão de avisar a entidade empregadora ou a associação de empregadores, bem como o ministério responsável pela área laboral, com uma determinada antecedência mínima (5 ou 10 dias úteis, consoante os casos), aviso prévio este que deverá ser feito por meios idóneos, nomeadamente por escrito ou através dos meios de comunicação social (art. 534.º do CT). Ora, isto, como é evidente, habilitará os utentes afectados a (re)programar a sua vida em função da greve anunciada, o que lhes permitirá, amiúde, contornar ou minimizar os efeitos perturbadores de uma tal greve no sector dos transportes.

Pelo exposto, cabe perguntar: se, por exemplo, houver uma greve de curta duração no Metropolitano de Lisboa ou do Porto, será imperativo, decorrerá automática e inexoravelmente da lei, que se fixem serviços mínimos, por força do

¹² Também JOSÉ JOÃO ABRANTES sustenta a necessidade de proceder a uma análise casuística, dando o exemplo de uma greve numa empresa de transportes rodoviários, existindo sucedâneos (por exemplo, comboios) para o percurso afectado, comparado com os casos em que a satisfação de determinadas necessidades sociais está confiada a uma só empresa, ocorrendo nela uma greve por período apreciável ou até de duração indeterminada (*Direito do Trabalho II — Direito da Greve*, Almedina, Coimbra, 2012, p. 103).

disposto na al. *h*) do n.º 2 do art. 537.º do CT? A jurisprudência dominante dirá que sim. Nós cremos, convictamente, que não.

Questão diferente, que a doutrina tem já posto em realce, consiste em a greve ocorrer num sector da empresa que, em si mesmo, não desenvolve uma actividade correspondente a uma necessidade social impreterível, ainda que a empresa se insira num sector de actividade globalmente integrado num sector social essencial ou vital. Por exemplo, se a greve ocorrer num hospital, afectando o serviço de urgências, haverá lugar a serviços mínimos, mas já não haverá necessidade de tais serviços se ocorrer nos serviços administrativos do mesmo hospital¹³. O ponto afigura-se pacífico. Na nossa óptica deveremos, contudo, ir mais longe e sustentar que certas greves que afectam o *core business* de empresas integradas em sectores de actividade elencados no n.º 2 do art. 537.º poderão não desencadear a obrigação de serviços mínimos a cargo dos trabalhadores, por, atento o seu concreto circunstancialismo, não comprometerem a satisfação das aludidas necessidades sociais impreteríveis.

A nosso ver, no n.º 2 do art. 537.º do CT o legislador procura auxiliar o intérprete a preencher o conceito indeterminado de “necessidades sociais impreteríveis”, indicando alguns sectores de actividade em que, *prima facie*, uma greve poderá pôr em xeque a satisfação de tais necessidades¹⁴.

¹³ Assim, ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte III — Situações Laborais Colectivas*, Almedina, Coimbra, 2012, p. 486, bem como JORGE LEITE, *Direito da Greve*, cit., pp. 64-65.

¹⁴ Em sentido próximo, considerando que o disposto no n.º 2 do art. 537.º do CT «pouco adianta à questão, salvo na medida em que pode desempenhar um *papel indiciário* quanto à perspectiva que o legislador tem acerca da amplitude das necessidades sociais visadas», *vd.* MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, cit., p. 785.

Contudo, o preenchimento do n.º 2 desse preceito nem é condição necessária nem é condição suficiente para tal efeito: não é *condição necessária* porque, já se disse, o catálogo legal tem carácter meramente exemplificativo, pelo que uma greve que ocorra fora daqueles sectores poderá sim ameaçar a satisfação dessas necessidades impreteríveis, legitimando o estabelecimento de serviços mínimos¹⁵; mas também não é *condição suficiente* porque, tendo em atenção todas as circunstâncias da greve em apreço, o intérprete bem poderá concluir que, *in casu*, não se mostra necessário fixar quaisquer serviços mínimos, por essa particular greve não comprometer a satisfação de necessidades impreteríveis. E, *assim decidindo, o intérprete/aplicador não estará a violar a lei; ele estará, porventura, a respeitar a Constituição, procedendo a uma leitura da lei em conformidade com esta*.

4. Conclusão

Reiteramos, pois, que, numa óptica jurídico-constitucionalmente adequada, impõe-se sempre proceder a uma análise casuística da greve em apreço, para apurar se há ou não necessidades sociais impreteríveis que a mesma venha colocar em xeque e cuja satisfação deva ser salvaguardada através da prestação de serviços mínimos pelos grevistas¹⁶.

¹⁵ Assim, dando o exemplo do sector do abastecimento alimentar, ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho*, cit., p. 487, e PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013, p. 1154.

¹⁶ Registe-se que, em caso de incumprimento da obrigação de prestação de serviços mínimos, o Governo poderá determinar a requisição civil dos trabalhadores, nos termos previstos em legislação específica (art. 541.º, n.º 3, do CT).

A generalidade da doutrina tem revelado, aliás, bastante prudência nesta matéria, o que bem se compreende, atenta a circunstância de estar em causa a restrição de um direito fundamental, mais propriamente de um direito, liberdade e garantia dos trabalhadores.

Escreve, por isso, LIBERAL FERNANDES:

Relativamente ao sector dos transportes, o facto de a CRP garantir o direito de deslocação (art. 44.º) e de não fixar qualquer tipo de garantia relativamente ao meio específico de exercer o direito não permite fundar a obrigação de serviços mínimos no direito dos utentes ao funcionamento idóneo daqueles serviços, a fim de assegurar uma efectiva liberdade de circulação ¹⁷.

O Autor esclarece:

A simples qualificação pela lei de um serviço como essencial não basta para justificar a aplicação de medidas restritivas a qualquer paralisação laboral que aí tenha lugar, uma vez que a satisfação das necessidades sociais impreteríveis nem sempre é posta em perigo pelo simples exercício do direito à greve. A obrigação de serviços mínimos apenas é exigível nos casos em que a satisfação dos referidos bens requer a respectiva manutenção, pelo que se torna necessário averiguar as circunstâncias e características da paralisação ¹⁸.

Também MONTEIRO FERNANDES, a respeito das “necessidades sociais impreteríveis”, sublinha poder acontecer que

paralisações em sectores especificados pelo art. 537.º/2 não activem a obrigação de serviços mínimos: será o caso de uma

¹⁷ *A Obrigação de Serviços Mínimos como Técnica de Regulação da Greve nos Serviços Essenciais*, cit., p. 364.

¹⁸ *Ob. cit.* na nota anterior, p. 361, n. 812.

greve de curta duração nos serviços de distribuição de energia eléctrica ou de abastecimento de águas, que não provocará, sem mais, a descontinuidade dos fornecimentos ¹⁹.

Em suma, e na fórmula de ROSÁRIO PALMA RAMALHO,

sendo o direito de greve um direito, liberdade e garantia, o art. 18.º n.º 2 da CRP sempre exigiria a circunscrição ao mínimo das limitações que lhe podem ser impostas. O requisito legal de que as necessidades justificativas do dever de prestação de serviços mínimos correspondam não apenas a necessidades sociais vitais como impreteríveis justifica uma interpretação restritiva destas mesmas necessidades ²⁰.

Ora, é esta cuidada ponderação que, a nosso ver e salvo o devido respeito, não tem sido efectuada pela jurisprudência acima transcrita. Lidando com conceitos indeterminados como os de “necessidades sociais impreteríveis” e de “serviços mínimos”, conceitos carecidos de preenchimento valorativo pelo intérprete-aplicador do direito, a subjectividade decisória impera e quase tudo é incerto. Quase tudo. Mas nem tudo. O que é certo, ao menos para nós, é que não há lugar, nesta matéria, para raciocínios de tipo silogístico e automático como aqueles que têm sido desenvolvidos em sede jurisprudencial.

Repetimos: *pode haver greves em empresas que operam num sector de actividade incluído no catálogo legal de serviços essenciais (por exemplo, no sector dos transportes públicos) nas quais, atento o concreto circunstancialismo de tais greves, não é posta em causa a*

¹⁹ Segundo o Autor, «no domínio dos transportes, haverá que considerar abrangidos os serviços que assegurem a deslocação de pessoas entre as ilhas e o continente (ligações aéreas) e aquelas que, em exclusivo, permitem o acesso de pessoas a zonas remotas» (*Direito do Trabalho, cit.*, p. 787).

²⁰ *Tratado de Direito do Trabalho, cit.*, p. 488.

satisfação de necessidades sociais impreteríveis — e nas quais, portanto, não deverão ser prestados quaisquer serviços mínimos. Não há lugar, em sede de necessidades impreteríveis e de serviços mínimos, para “juízos antecipatórios e abstractos de prognose” por parte do legislador ordinário. O juízo não pode deixar de ser concreto e casuístico. Só assim, cremos, se logrará respeitar a Constituição da República Portuguesa, restringindo o direito de greve em obediência ao princípio da proporcionalidade, nas suas diversas vertentes.

A questão de saber se devem ou não ser fixados serviços mínimos, em qualquer greve que ocorra nos sectores essenciais, constantes do catálogo do n.º 2 do art. 537.º do CT, é, pois, tudo menos despicienda. Pelo contrário: é a questão primeira que, nesta sede, o intérprete/aplicador sempre terá de enfrentar e resolver. Só depois de lhe dar resposta afirmativa se colocará a questão da medida desses serviços, da sua volumetria. Após o *an* dos serviços mínimos, só após o *an*, o *quantum* desses serviços. Tudo a analisar em concreto, sem generalizações apriorísticas e sem automatismos legais, os quais, salvo melhor opinião, nos conduzirão, em linha recta, para o terreno do constitucionalmente inadmissível, vulnerando o direito fundamental de greve.

Cremos, pois, que a jurisprudência acima transcrita merece ser reequacionada e repensada. E, neste sentido, deve registar-se, com uma abordagem metódica da questão que nos parece merecedora de aplauso, o *Acórdão da Relação de Lisboa de 19/06/2013, relativo a uma greve na CP*, relatado pela Desembargadora FILOMENA CARVALHO²¹. Representará este aresto um sinal de inflexão jurisprudencial nesta matéria?

²¹ Disponível através do *site* do Conselho Económico e Social (<www.ces.pt>, arbitragem de serviços mínimos, ano de 2012).

Assim o esperamos. Mas só o futuro o dirá. Aguardemos, pois, pelos próximos capítulos.

Resumo: O presente texto versa sobre os limites do direito à greve, *maxime* sobre a chamada “obrigação de serviços mínimos” em caso de greve no sector dos transportes. Procede-se, no mesmo, a uma análise crítica da jurisprudência mais relevante na matéria, sustentando-se que o juízo sobre a indispensabilidade de prestação de serviços mínimos durante a greve é, sempre, um juízo casuístico, levando em conta todas as circunstâncias relevantes de tempo, modo e lugar que a envolvem, para apurar se haverá ou não necessidades sociais impreteríveis que aquela concreta greve venha colocar em causa. Contesta-se, assim, a perspectiva silogística e algo abstractizante que tem predominado na jurisprudência em relação a esta questão, a qual poderá conduzir o intérprete para soluções constitucionalmente inadmissíveis.

Palavras-chave: direito à greve; sector dos transportes; necessidades sociais impreteríveis; prestação de serviços mínimos.

The limits of the right to strike and the minimum services requirement in the transport sector: concerning a certain syllogism

Abstract: The article deals with the limits of the right to strike and takes the “minimum services requirement” in the event of strike in the transport sector as a special case. Building upon a critical review of relevant case law, the A. argues that the case for minimum services that are indispensable to the fulfilment of essential social needs ought always to be decided on a case by case basis and upon consideration of the specific circumstances involving time, method and place, in order to assess which essential social needs are called into question by a given strike. The syllogistic and somewhat abstract perspective that has been predominant in recent case law is thus challenged in that it might lead the interpreter to enforce constitutionally unacceptable solutions.

Keywords: right to strike; transport sector; pressing social needs; minimum services.

João Leal Amado

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra